



SINDICATO NACIONAL DOS(AS) SERVIDORES(AS) FEDERAIS
DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

CNPJ: 03.658.820/0001-63

FUNDADO EM: 11/11/1988



ENCAMINHAMENTOS SUBMETIDOS NO FORMULÁRIO E JA APROVADOS:

1. Encaminhar à Plenária como encaminhamento ao Sinasefe se posicionará e lutará pela derrubada das leis catarinenses de “proibição da doutrinação ideológica”, a da proibição “das cotas raciais e Trans”, da proibição de banheiros neutros nas instituições de ensino estaduais, da obrigatoriedade das câmeras nas salas de aula e da obrigar-se autorização expressa dos responsáveis para permitir a participação em “atividades pedagógicas de gênero” sancionadas em SC e similares em tramitação ou aprovadas em outros estados e municípios. Fazer a luta em âmbito administrativo, jurídico e político.
2. Que o encontro encaminhe para Plenária que o SINASEFE aprove uma campanha de solidariedade à Cuba, propondo que a DN, as seções e os(as) sindicalizados(as) organizem arrecadação e façam doações em canais seguros para apoiar o povo cubano.
3. Propõe-se que a Coordenação de Políticas para as Mulheres institua um momento amplo de apreciação e debate sobre a política de prevenção ao assédio e à discriminação, incluindo possibilidades e modelos da COMPA e outras alternativas institucionais, com vistas à definição de modelos e propostas a serem adotados e reivindicado para implementação nos espaços de trabalho. ok (texto com alteração aprovado)
4. Ampliar a luta para garantir a licença para dupla maternidade em mulheres gestantes ou não. Ampliar a licença paternidade para paternidades trans e outras parentalidades gestantes
5. Coletar dados sobre a saúde das trabalhadoras nas instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e nas escolas vinculadas ao Ministério da Defesa, incluindo as trabalhadoras terceirizadas, a fim de subsidiar a formulação de políticas de promoção da saúde. texto aprovado

ENCAMINHAMENTOS SUBMETIDOS NO FORMULÁRIO A SEREM DISCUTIDOS NA PLENÁRIA VIRTUAL:

6. Lutar para que ocorra a garantia de remoção do agressor do campus de origem, nos casos de medida protetiva vigente, quando a vítima não tiver interesse na remoção ou estar impossibilitada.
7. Construir resoluções para que, no caso do agressor ser membro da direção do sindicato, ele seja destituído do cargo na circunstância de medida protetiva vigente.
8. Garantir a integração das pessoas trans e não binárias na concepção dos nossos encontros



SINDICATO NACIONAL DOS(AS) SERVIDORES(AS) FEDERAIS
DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

CNPJ: 03.658.820/0001-63

FUNDADO EM: 11/11/1988



- nacionais e regionais desde o título do encontro à elaboração das temáticas das mesas.
9. Mudar o nome do encontro para Encontro de Mulheres e Pessoas de Gêneros Dissidentes. Mudar o nome dos GTs de mulheres dentro das seções para Grupo de Trabalho de Mulheres e Pessoas de Gêneros Dissidentes.
 10. Que cada seção sindical que se dedique a construir um GT ao debate sobre mulheridades, transmasculinidades e não-binariedades.
 11. Que ao final do encontro, a metodologia do próximo encontro nacional de mulheres inclua na programação grupos de trabalho e tempo e espaço para reuniões regionais.
 12. Garantir, a partir do acúmulo de mobilização da Direção do SINASEFE, a participação plena das mulheres no "Encontro Nacional de Mulheres", vedando qualquer forma de impedimento ou inviabilização por parte das diretorias sindicais.
 13. Que as bases desenvolvam atividades para favorecer a igualdade de gênero e o fortalecimento das mulheres, com formações, rodas de conversa, cinedebates etc.
 14. Articular junto ao Conif para estabelecer paridade de gênero e étnico-racial nas constituições das gestões das unidades, definindo formas de promoção e condições objetivas para que haja ocupação diversa nos cargos. (
 15. Realizar cobrança Nacional a Hugo Mota que coloque em votação o PL que criminaliza a misoginia.
 16. Elaborar, como sindicato, e cobrar que as instituições elaborem mecanismos de combate ao aliciamento de meninos pelos grupos misóginos denominados Red Pills, incluindo grupos de pesquisa sobre os mecanismos e táticas desses grupos de aliciamento, campanhas de informação, mecanismos de responsabilização dos perpetradores e rede de acolhimento às vítimas, assim como outras ações pertinentes.
 17. Lutar para que haja incidência política na implementação do Maria da Penha vai às escolas e acerca de Educação pelo Fim da Violência.
 18. Construir pesquisas para a produção de dados e diagnósticos institucionais, para dar visibilidade às violências e subsidiar ações concretas.
 19. Compilar e sistematizar dados institucionais sobre Mulheridades e os marcadores sociais da diferença: gênero/sexualidade, deficiência, raça/etnia, idade/geração, classe para pensar políticas e ações.
 20. Que o sinasefe se posicione contra a pl da dosimetria.
 21. Que o Encontro apresente em Plena que o SINASEFE atue energicamente contra a aprovação do PL da dosimetria ou qualquer forma de atenuação de pena ou anistia aos golpistas do governo Bolsonaro, incluindo os financiadores, organizadores, incitadores, executores e chefes da organização criminosa que já foram condenados ou que venham a ser condenados nas respectivas ações penais em curso a respeito dos ataques ao sistema eleitoral, da organização de conluios contra a soberania e a democracia nacionais com oficiais das forças armadas ou governos externos ou bilionários, por tentar minar a credibilidade do Estado brasileiro internacionalmente e pelas ações de depredação e ataque às instituições nacionais no 8 de janeiro de 2023.
 22. Garantir mesas e formações sobre letramento relacionados aos marcadores sociais da diferença



- na perspectiva das mulheridades em encontros políticos do sindicato.
23. Construir GTs e/ou Comissões locais nas seções sobre Mulheridades e os marcadores sociais da diferença: gênero, deficiência, raça/etnia, idade/geração, classe para pensar políticas e ações.
 24. Estabelecer políticas e ações relacionadas às mulheridades considerando os marcadores sociais da diferença tais como: contratação, nas seções sindicais, de equipes multiprofissionais para criar e consolidar espaços qualificados de acolhimento para denúncias de mulheres, além da criação de grupos reflexivos e sessões de mediação.
 25. Intensificar as campanhas publicitárias, com materiais para compartilhamento e atividades de formação sobre o PL 896/2023 (criminalização da misoginia) e também sobre o fim da escala 6x1.
 26. Defender a criação de cuidadotecas, brinquedotecas nos IFs para servidoras, estudantes e terceirizadas.
 27. Cobrar a efetivação da lei 14.540 de 2023 para enfrentamento ao assédio e violências contra as mulheres na administração federal.
 28. Que o SINASEFE crie mecanismo para cobrar encaminhamentos efetivos das denúncias de assédio/violência de gênero e racial das instituições e que o sindicato se constitua como espaço de acolhimento e de criação de fluxos de encaminhamentos civis e institucionais.
 29. Que o sindicato programe ações para que o dia 1º de maio enquanto um espaço de formação local e nacional, com foco na pauta pelo fim da jornada 6x1, enquanto pauta feminista e para tanto, envolver aposentadas no sentido de valorização das mulheres que lutam/lutaram.
 30. Construir recomendação e cobrança das políticas institucionais que tratam do uso do celular nas instituições.
 31. Construir formações regulares com estudantes, terceirizados, servidores e responsáveis para que a escola seja um espaço social de formação, que disputa narrativas com outros espaços como as igrejas e os grupos de extrema direita organizados.
 32. Criar espaços de arte e cultura e socialização no sindicato, como política de saúde mental, sobretudo das mulheres.
 33. Fortalecer espaços democráticos institucionalizados como colegiados e CONSUP, já que as decisões estão sendo tomadas em instâncias consultivas como CODIR e Conselhos de gestão, que são potencialmente machistas.
 34. Lutar para que seja instituída a paridade de gênero no CONSUP.
 35. Garantir que os CONSUPs prevejam participação do SINASEFE.
 36. Defender, no âmbito sindical, institucional e federal, o enfrentamento à precarização do trabalho terceirizado, com atenção especial às mulheres terceirizadas, não aceitando a manutenção de contratos de alto custo para as instituições enquanto trabalhadoras e trabalhadores permanecem submetidos a jornadas extenuantes, condições de trabalho precárias, materiais de baixa qualidade e tratamento desrespeitoso.
 37. Construir ações de incidência política que visem a melhoria das condições de trabalho, a valorização salarial e a garantia de direitos, bem como defender a retomada de concursos públicos para esses cargos.
 38. Propor ao SINASEFE Nacional um Encontro dos homens do SINASEFE com mesas formadas pelas



- mulheres onde sejam levados todos esses temas do 4 Encontro de Mulheres.
39. Instituir. Por resolução da Direção Nacional ou no fórum deliberativo competente, um GT/grupo de trabalho para num prazo razoável de até 180 dias apresentar uma proposta de inclusão das pensionistas no estatuto do Sinasefe.
 40. Fazer formação e incentivar as mulheres sindicalizadas a ocupar espaços de tomadas de decisões dentro das instituições como CONSUP, CONSELHOS DIRETORES DE CAMPUS, se candidatar a DG e ocupar comissões de enfrentaremos ao assédio.
 41. Apoiar as discentes que necessitem levar os filhos para assistir aula, como política de permanência e êxito.
 42. Lutar para implementar políticas e normas de trabalho que nos permitem condições justas e dignas.
 43. Que os encontros de mulheres incorporem as dimensões raciais e de sexualidade dos debates já ocorridos em outros encontros e que o sindicato articule, de forma integrada, os debates e encaminhamentos dos encontros de mulheres, de pessoas negras e da população LGBTQIA+, reconhecendo que não são lutas isoladas, mas expressões interligadas das desigualdades estruturais na sociedade e no mundo do trabalho.
 44. Que o sinasefe desenvolva estratégias coletivas de enfrentamento a discursos de ódio, desinformação e apagamento das mulheres, com: Formação em leitura crítica da mídia; Ações coordenadas de resposta pública e solidariedade entre mulheres.
 45. Que a gente lute para ampliar a portaria conjunta MGI/MMULHERES Nº 88, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2025 cita “violência doméstica e familiar” contemplem casos de violência contra mulher fora desses ambientes, inclusive de situações de violência que ocorrem dentro do ambiente de trabalho e que o texto da portaria inclua a violência contra pessoas trans.
 46. Pautar a necessidade de regulamentação da legislação acerca de procedimentos em caso de medidas protetivas envolvendo servidoras e servidores da rede.
 47. Levantar dados sobre perdas remuneratórias de aposentadorias e pensões e Impactos na saúde mental/ e estados incapacitantes permanentes.
 48. Produzir e publicizar nota técnica nacional para subsidiar ações judiciais e campanhas públicas em defesa dos segmentos.
 49. Que o SINASEFE, por meio de suas seções sindicais, avance na construção de uma política estruturada de cuidado e enfrentamento ao adoecimento, compreendendo que a saúde mental das/os trabalhadoras/es está diretamente relacionada às condições e às violências presentes no ambiente institucional.
 50. Criar assessorias psicológicas nas seções sindicais, com caráter de acolhimento, escuta qualificada e orientação às/aos servidoras/es em situação de sofrimento psíquico; Que essa assessoria esteja articulada a uma perspectiva coletiva e política, evitando a individualização do adoecimento e contribuindo para a identificação e o enfrentamento das causas estruturais.
 51. Promover ações formativas sobre assédio moral, violência institucional e saúde do trabalhador; O fortalecimento de canais seguros de escuta e denúncia, com acompanhamento sindical;
 52. Que o sindicato tenha incidência política junto às gestões institucionais, cobrando a implementação de políticas públicas efetivas de saúde do trabalhador e responsabilização em



- casos de violência.
53. Requisitar, junto ao Conif e SIASS, para revisão dos critérios estabelecidos que caracterizam aposentadoria compulsória vinculada à processos de afastamento de adoecimento vinculada ao trabalho (sobretudo adoecimento mental).
 54. Elaborar protocolos de acolhimento a pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ que ingressem ou estejam nas instituições como servidoras/es, garantindo que não sofram violência no local de trabalho e dando voz a essas pessoas dentro do sindicato.
 55. Que o Sinasefe construa campanhas acerca dos direitos relativos a acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, orientando os servidores a abrirem CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) nos casos de adoecimentos provocados ou agravados pelo trabalho e cobrando os médicos peritos do SIASS que façam onexo causal entre adoecimento e trabalho.
 56. Que o Sinasefe inclua pessoas não homens - pessoas transmasculinas e/ou não binárias nas pautas a partir das necessidades comuns com mulheres cis e trans.
 57. Que o Sinasefe lute para que pessoas em investigação de crimes, acusadas ou não acusadas ainda, sejam afastadas das atividades (sejam trabalhadores ou estudantes) principalmente quando a vítima da violência, assédio agressão etc compartilhar do mesmo ambiente institucional.
 58. Criar de um GT nacional de Saúde Mental e Trabalho, a partir da Coordenação de Políticas para Mulheres do Sinasefe.
 59. Impedir que as assessorias jurídicas defendam investigados por assédio sexual, especialmente os reincidentes, bem como aqueles que tenham sido denunciados em âmbito criminal.
 60. Seja criada uma Comissão Federal, nos parâmetros da CIS/IFRS, para acompanhamento dos casos de assédios nas Instituições Federais.
 61. Criar nas seções sindicais um serviço de denúncia, acolhimento e suporte jurídico para os casos de assédio moral e sexual, assim como para outras questões relacionadas à violências e preconceitos de todo tipo, para as servidoras afetadas é fundamental que seus direitos sejam garantidos, se possível, antes que cheguem ao adoecimento.
 62. Que o SINASEFE institua um mecanismo de acompanhamento das denúncias registradas pelos IFs via gov.br, com foco no monitoramento dos fluxos e encaminhamentos institucionais. A iniciativa busca dar transparência a processos que hoje permanecem restritos às corregedorias e gestões, muitas vezes sujeitos a usos políticos, garantindo maior controle social, proteção aos denunciantes e incidência sindical qualificada.
 63. Construir campanhas pela inclusão de educação de gênero e sexualidade nos currículos.
 64. Exigir cadeira do sindicato nas comissões de resolução de conflitos das instituições.
 65. Criar e fortalecer de GT de Mulheres no âmbito sindical.
 66. Desenvolver ações formativas e campanhas de conscientização.
 67. Criar de canais seguros de escuta e acolhimento, com garantia de sigilo.
 68. Divulgar de direitos das servidoras, especialmente relacionados à legislação vigente.
 69. Incentivar à denúncia de situações de assédio, incluindo coleta de dados.
 70. Propor articulações institucionais e nacionais, incluindo encaminhamentos ao CONIF, bem como possíveis iniciativas legislativas.



71. Construir redes de apoio, incluindo grupos de comunicação entre mulheres.
72. Orientar às chefias e servidores sobre sigilo de informações médicas e respeito aos direitos.
73. Ampliar o debate para estudantes, por meio de ações educativas.
74. Promover formação para dirigentes sindicais em letramento de gênero.
75. Incluir pessoas transmasculinas e/ou não binária nas pautas comuns às das mulheres.
76. Propor a construção e fortalecimento de uma política institucional de equidade de gênero, estruturada a partir da escuta ativa e da participação das mulheres nos campi. Essa política deve contemplar a realização de rodas de conversa temáticas e oficinas práticas, voltadas ao debate sobre trabalho, assédio, saúde mental, maternidade, diversidade e participação em espaços de gestão, bem como ao fortalecimento de habilidades como comunicação, liderança e enfrentamento a situações de violência institucional.
77. Criar os Núcleos de Mulheres nos *campi*, responsáveis por promover encontros periódicos, organizar debates, realizar o levantamento contínuo de demandas e sugestões e construir encaminhamentos coletivos a serem apresentados ao sindicato.
78. Instituir mecanismos permanentes de acompanhamento e monitoramento das ações propostas, garantindo efetividade e continuidade às iniciativas construídas coletivamente.
79. Que o Sinasefe proponha em suas próximas ações debate sobre Saúde da mulher, envelhecimento digno e aposentadoria.
80. Que o Sinasefe pressione, em todas as instâncias cabíveis, incluindo a Rede Federal, para que ocorra a política de inclusão com a instalação de creches de qualidade para prevenir a evasão de mães negras, indígenas, quilombolas e todas as mulheres trabalhadoras da educação da Rede, assim como as estudantes, reconhecendo que a educação infantil é direito das crianças como sujeito de direitos e não política de assistência.
81. Fomentar espaços e um Encontro Unificado de Mulheres, organizado por entidades federais da Educação, tais como: Sinasefe, Andes e Fasubra.
82. Realizar um mapeamento das seções sindicais quanto à regulamentação da redução da carga horária nas atividades de representação sindical; licenças para a luta sindical.
83. Criar mecanismos que impeçam assediadores das mulheres trabalhadoras ocuparem cargos na direção do Sindicato.
84. Que o Sinasefe pautar a criação de uma política institucional de prevenção e combate às violências.
85. Que os editais institucionais, voltados para a sociedade, sejam realmente inclusivos para as pessoas transgêneros e travestis evitando cláusulas excludentes como ocorre, a exemplo do Programa Mulheres Mil, que tem entre os critérios de desempate, o número de filhos.
86. Que todas as seções do Sinasefe constituam a Coordenação de Políticas para Mulheres.
87. Criação de espaços para as crianças com cuidadores, para mães que executam trabalho parcial ou integral nos campi e na reitoria.
88. Propor uma política institucional na dimensão do cuidar, com contratação de psicólogos/as para realizar escuta coletiva com as mulheres da rede federal.
89. Construir uma política de financiamento para o Sinasefinho, para além do Consinasefe e também nas seções



SINDICATO NACIONAL DOS(AS) SERVIDORES(AS) FEDERAIS
DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

CNPJ: 03.658.820/0001-63

FUNDADO EM: 11/11/1988



90. Elaborar caderno de formação, com resgate da Memória Sindical, especificando as diferentes políticas públicas voltada para as mulheres e suas especificidades regionais, ampliando a identidade do coletivo.
91. Que o SINASEFE se aproprie do conceito de “envelhecer” como parte integrante da luta das mulheres da Classe Trabalhadora em todos os seus tempos de vida.
92. Que as questões relacionadas ao envelhecer de mulheres sejam tratadas na Coordenação de Políticas para Mulheres e não somente na Coordenação de assuntos aposentadoria.
93. Que o Sinasefe incorpore de fato todas as lutas das trabalhadoras vinculadas ao Ministério da Defesa.
94. Que o SINASEFE Intensifique o debate sobre o PL 5010/24, que trata da transferência das escolas vinculadas ao MD para o MEC.
95. Que o SINASEFE leve como indicativo a criação de estruturas que atendam as demandas das servidoras mães.
96. Que o Sinasefe promova a Educação permanente em gênero, com formação continuada para homens e mulheres da rede, para desmontar a cooptação machista e misógina que alimenta o assédio, subalternidade e a violência moral, psicológica e profissional. Essa formação deverá ser referendada por uma pesquisa anual referente às relações de gênero, raça e cargos por por campus, consolidando resultados por instituição. Os resultados poderão ser pautados para reflexão e debates nos respectivos encontros (locais, regionais e nacional).
97. que o movimento de mulheres do Sinasefe possa instituir uma política permanente de integração entre ativas, aposentadas e pensionistas, com ações coordenadas pela direção nacional e coordenações nacionais pertinentes.
98. Lutar para redução da carga horária para 06 horas diárias.
99. Lutar pela paridade e integralidade enquanto um direito de todas nós trabalhadoras da Educação das Instituições Federais de Ensino.
100. Que o Encontro apresente em Plena que a pressão sobre a Câmara pela aprovação do PL que criminaliza a misoginia é uma pauta prioritária do sindicato.
101. Construir ferramentas e bases de conhecimento para compartilhamento de boas práticas.
102. Oferecer uma ferramenta acessível baseada em IA para ajudar na decisão da melhor escolha para se aposentar.
103. Que a Direção Nacional construa e ofereça, para as mulheres do Sinasefe, um curso de formação para lideranças políticas na perspectiva das mulheres.
104. Que no caso de redução de carga horária docente, após perícia siass, que ela seja efetivada considerando a redução de turmas, não apenas na redução de atividades complementares, administrativas de pesquisa e de extensão.
105. Que o encontro encaminhe para a Plenária que o SINASEFE deve trabalhar por derrotar Flávio Bolsonaro, Ronaldo Caiado e qualquer outra candidatura que se apresente no campo da direita e extrema direita visto que suas políticas afetam diretamente as mulheres, especialmente as negras, as LBT+, as indígenas, as PCDs, as mulheres das florestas e das águas e as camponesas devido a política econômica opressiva, que só favorece aos ricos, à propaganda fascista, misógina, racista, capacitista e lgbtfóbica e ao desmonte de todas as políticas públicas.



Essas candidaturas atingirão principalmente às servidoras públicas, maioria da força de trabalho federal nas áreas sociais, como saúde, educação e assistência social que serão brutalmente atacadas. Assim, o SINASEFE deve apoiar a única candidatura capaz de derrotar esse projeto da necropolítica e neo colonial: a reeleição de Lula, desde o primeiro turno.

106. O SINASEFE deve enviar carta de apoio, com proposições de valorização das trabalhadoras e trabalhadores da educação federal, enfrentamento à todas as formas de opressão e debatendo um programa político para o Brasil na defesa da paz, da equidade, dos direitos, da democracia, da soberania e contra o imperialismo com solidariedade internacional e defesa da auto determinação dos povos.
107. Que este encontro encaminhe que o Sinasefe construa e/ou apóie candidaturas para o legislativo, tanto federal quanto nos estados, alinhadas com nossos princípios e lutas, especial com a defesa de uma educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, com a construção de uma sociedade justa e igualitária e com o combate a todas as formas de violência e opressão.
108. Que o Sinasefe construa uma Política Integrada de Enfrentamento às Violências e Assédios no SINASEFE.
109. Que o Sinasefe construa de uma carta compromisso que cobre as instituições (Reitoriais, Consups e CONIF) diversas ações no que tangem ao fortalecimento de políticas de promoção de equidade de gênero, combate à violência contra as mulheres e meninas e prevenção e combate aos assédios. Pontos a serem considerados no texto: 1) pressão aos Consups e gestões pelo cumprimento do Decreto 12.122/2024 que institui o Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, no âmbito da administração pública federal. 2) FG para Núcleos de Gênero e Neabi. 3) Fortalecimento dos núcleos de gênero e diversidades sexuais dentro das instituições com fomento para ações e atividades. 4) Luta pela curricularização dos núcleos de gênero e Neabis com respaldo na portaria interministerial nº2/2026. A portaria emitida pelo MEC e Ministério das Mulheres, oficializa a inclusão de conteúdos sobre o combate à violência contra a mulher na educação básica brasileira. A norma visa promover a conscientização e direitos humanos, com o CNE tendo 30 dias para atualizar as diretrizes curriculares. 5) Criação de políticas de Parentalidade e Cuidado, principalmente com desenvolvimento de projetos de salas familiares, regulamentos que acolham as diversidades de servidoras e alunas mães de crianças e pessoas neuroatípicas e cuidadoras/es de idosos.
110. Que o Sinasefe apoie à candidatura de Lula.
111. Criar um GTA para o sindicato ter uma resolução própria contra assédio e essa ser aplicada também nos institutos federais
112. Sinasefe lutar pela criação de comitês contra a violência contra a mulher.
113. Ter GTs para debater e criar encaminhamentos específicos sobre temas.
114. Que o SIASS priorize processos de remoção por assédio.
115. Lutar para que o auxílio saúde seja estendido a quem não tem plano de saúde
116. Afirmar a paridade de gênero como princípio organizador do SINASEFE, garantindo sua efetivação de todas as instâncias de direção por meio de mudanças estatutárias, que assegurem a presença das mulheres nos espaços de poder, com mecanismos que enfrentem as



- desigualdades e promovam a democratização real da estrutura sindical.
117. Lutar para a revisão das juntas médicas (especialidades e atendimento mais humanizado) principalmente no tratamento com servidores neurodivergentes e mães atípicas.
 118. Que o tema políticas de enfrentamento à violência de gênero seja incorporado de forma permanente nas agendas de formação sindical, reconhecendo que o enfrentamento à violência de gênero é também uma pauta de classe.
 119. Criar mecanismos e estratégias de visibilidade e valorização das Mulheres no Sindicato para socializar suas experiências, aprendizados e projetos desenvolvidos no seu Campus de atuação.
 120. Apoiar a eleição de Lula, fortalecer nossa participação em espaços de poder; nos apoiar; o assédio precisa ser tratado com celeridade, respeito e acolhimento à mulher. Saúde mental precisa ser priorizada, na perspectiva das especificidades das mulheres; compreender que a carreira é contínua para todas as servidoras, ou seja: a luta precisa ser vista nessa perspectiva.
 121. Criar do Comitê interinstitucional de Neabis, Neabis, Negeds, Grupos Correlatos e Sinasefe.

Proposições para organização dos encontros

1. Que seja contratada uma pessoa para fazer exercícios laborais (15, 20 minutos) no início dos dois turnos, porque ajuda muito na concentração.
2. Gostaria de pedir à comissão que nos próximos encontros de mulheres, fosse dado espaço a fala em uma das mesas para uma companheira aposentada do Sinasefe.
3. Retomar encaminhamentos anteriores dos encontros nacionais, apresentar e rever coletivamente, para compreendermos o que já foi construído e conquistado, o que ainda precisa ser trabalhado, como compromisso e forma de valorização da nossa voz;
4. Ter momentos para pequenos grupos que favoreçam trocas mais próximas, ter espaços qualificados de escuta que potencializem encaminhamentos;
5. Intercalar mesas de falas com momentos de expressão culturais/artísticos, sarau, apresentações, exibição de filme e debate. Incluir servidoras artistas do território (escritoras, cantoras, musicistas, dançarinas, artistas visuais, atrizes, etc.) dentro da estrutura do evento. Incluir o aspecto sensível, crítico, político e criativo da arte também como elemento fomentador dos debates (não apenas como ornamento ou descontração);
6. Planejar encontro considerando a participação de servidores trans.
7. Gostaríamos de propor, inspiradas em outros encontros de mulheres, maior diversidade nas atividades de modo que elas não se resumissem apenas a Mesas, mas que contemplassem grupos de trabalho, rodas de conversa e oficinas, promovendo maior espaço de troca e debates entre as participantes. Também sentimos falta de um espaço para que as representantes dos núcleos (Neabi, NUGEDS e Napne) pudessem se conhecer, trocar experiências e articular ações nacionalmente.
8. O formato apresentado foi por vezes cansativo, não permitindo muita troca entre palestrantes e público.



9. Menos falas nas mesas, mais espaço para debate: por uma construção horizontal e acolhedora
10. Mudança de formato do encontro. Que as palestras foquem em formação com pelo menos uma especialistas da área discutida que nos possibilite mais conhecimento para levar para a luta cotidiana. Relatos de experiência e vivências devem acontecer, são importantes para quem está em condições ou necessita desses espaços, mas com cuidado também aos gatilhos que podem afetar quem não está em condições de ouvi-los, nesse sentido, que eles fiquem para momentos específicos, com alternativas para quem sofre gatilhos, por exemplo, com formação jurídica ou acadêmica para atuação sindical. Oficinas paralelas a relatos de experiência/vivências.
11. Que, nas atividades de mulheres, informações importante, inscrições, encaminhamentos e etc não sejam feitos exclusivamente por formulário on line. Isso exclui pessoas idosas e com deficiência.
12. Durante uma mesa que o tema era "Paridade, poder e interseccionalidade: pluralidade de mulheres na disputa dos espaços de decisão" tivemos todo o tempo um homem (que não sei quem era e nem o motivo de estar ali) gravando algumas trechos de fala, o que considero extremamente equivocado. Outro homem também estava no controle da mesa de som. Nesse sentido, o meu encaminhamento é que para o encontro de mulheres seja contratadas apenas empresas que garantam exclusivamente o trabalho executado por mulheres. Além disso, que não seja permitida, sob nenhuma hipótese, a participação de homem nos encontros de mulheres.
13. As mulheres aposentadas participar mais ativamente das mesas não apenas de aposentadoria.
14. Inclusão do debate sobre etarismo no sindicato e nas nossas instituições.
15. Pensar para os próximos encontros momentos de escuta, acolhimento e orientação das diversas situações de violência de gênero enfrentadas por nós mulheres em nossas bases. Para além dos encontros, sistematizar protocolos de combate a violência de gênero nas seções, aproveitando as experiências exitosas daquelas seções que já possuem estratégias fortalecidas no acolhimento e orientação das demandas de suas bases.
16. a proposição de que os próximos encontros promovidos pelo sindicato, em âmbito regional e nacional, avancem na adoção de metodologias mais integrativas, participativas e horizontais, priorizando formatos com menor número de participantes por atividade, como rodas temáticas, círculos de cultura, relatos de experiências e oficinas vivenciais, de modo a favorecer a escuta ativa, o diálogo e a construção coletiva. Propõe-se ainda que tais encontros incorporem práticas que articulem as dimensões intelectual, sensível e corporal, promovendo maior integração com os espaços socioculturais da cidade anfitriã, por meio de vivências em territórios, aproximação com saberes tradicionais e ações que fortaleçam o cuidado coletivo e o bem viver. Nesse sentido, destaca-se que o próprio espaço físico onde o encontro se realiza não é neutro, mas pode atuar como elemento estruturante da integração desejada: ambientes abertos, circulares, descentralizados e conectados com o território favorecem a horizontalidade, a proximidade entre as participantes e a construção de vínculos, ao passo que espaços rígidos, hierarquizados e pouco interativos tendem a reforçar dinâmicas de distanciamento e passividade. Assim, a escolha e a organização dos espaços devem ser pensadas como parte da metodologia do evento, potencializando a participação ativa, o acolhimento e a circulação de saberes.



SINDICATO NACIONAL DOS(AS) SERVIDORES(AS) FEDERAIS
DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

CNPJ: 03.658.820/0001-63

FUNDADO EM: 11/11/1988



Justifica-se essa proposição pela necessidade de fortalecer processos formativos mais inclusivos e acolhedores, valorizar a diversidade de experiências das mulheres da Rede Federal, ampliar a participação efetiva — especialmente daquelas que historicamente têm menos espaço de fala — e reconhecer o cuidado como prática política, articulando os tempos de cuidar, lutar e viver. Tais estratégias também contribuem para potencializar a dimensão formativa dos encontros, integrando saberes, afetos e experiências, além de fortalecer redes de apoio e solidariedade, consolidando esses espaços como fundamentais para a formação política e para a construção de políticas institucionais mais efetivas de promoção da equidade de gênero na Rede Federal.

17. Incluir para os próximos eventos oficinas para melhor troca de experiências entre as participantes.
18. Chamar as pessoas da Comissão Nacional e Local (e tb as outras pessoas q estiveram nos bastidores q não estão nas comissões, mas contribuíram), para serem ovacionadas pela plenária! Afinal, um evento dessa magnitude só flui mediante o trabalho de cada envolvido. Sou muito grata pela vida de cada um(a).
19. pedir mais dinheiro para financiamento do próximo evento de mulheres do SINASEFE
20. adicionar um momento de avaliação de encontros anteriores no próximo encontro de mulheres